

PLANO DE NAÇÃO PARA A
COLONIA BRASILEIRA

CABO DACIOLO

PATRIOTA

1. Apresentação

Tenho a honra de apresentar as linhas gerais da nossa proposta de governo, como candidato à Presidência da República pelo PATRIOTA. Essa é uma batalha que não é só minha, mas de todos os BRASILEIROS que acreditam que podemos reconstruir o Brasil em bases que honrem a Deus e tragam dignidade ao povo.

Minha postura ao longo da vida parlamentar tem sido de independência à luz de convicções bem consolidadas. Acredito no estado laico, ou seja, que ele não deve promover qualquer tipo de religião, mas isso não quer dizer que o povo não tenha a sua fé, que substancia os princípios pelos quais vivemos. O Brasil não é uma anarquia. É um país de decência e ordem.

Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese de legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal; que até mesmo a pedofilia seja estimulada de forma sorrateira por aqueles que querem destruir o que há de mais sagrado na sociedade, simplesmente para dominar e oprimir. Isso não é laicidade. É a desmoralização da Pátria.

Minha conduta, no que compete ao Estado, será construir um dique contra todas essas mazelas sem que isso signifique dar voz ao preconceito, mas oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida. Essa é a minha transparência, a afirmação do que creio e a certeza de que só assim caminharemos para um futuro promissor.

Vamos honrar a Deus sobre todas as coisas. Ele tem sido até aqui o nosso norte e continuará a sê-lo em todo o nosso mandato para o qual creio que seremos eleitos pelos brasileiros. Todos os nossos atos serão pautados por essa convicção, certo de que, em sendo assim, faremos o melhor e Deus nos ajudará a colocar o Brasil nos trilhos para que todos possamos usufruir as suas bênçãos sem medida.

TODA HONRA E TODA GLÓRIA SEJAM DADAS AO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO! AMÉM!

2. O Brasil necessita recuperar a noção de soberania

Já se passaram aproximadamente 196 anos desde que o Brasil conquistou sua independência. Desde o grito do Ipiranga que nos colocou no rol dos Estados soberanos, o nosso país já experimentou a forma monárquica de governo, inclusive com o sistema parlamentarista; experimentou a forma republicana com períodos intercalados marcados por governos autoritários e democráticos até que, chegou ao período da Nova República, iniciado com o advento da Constituição Federal de 1.988

Entretanto, ao longo desses 196 anos o Brasil jamais viveu a plenitude de sua soberania. Foram inúmeros os interesses das grandes corporações estrangeiras que permearam o senso político dos nossos governantes ao longo de certa parte do período republicano. Faltaram-nos estadistas que, dotados de um alto nível de nacionalismo defendessem as riquezas do Brasil bem como a sua efetiva soberania.

O Brasil é um país estratégico no cenário político internacional. Possui inúmeras riquezas naturais; um elevado potencial tecnológico e científico; e não por acaso, é atualmente a maior economia da América Latina.

Dessa forma, é de grande importância que nos dias atuais, a população brasileira seja tomada por um elevado senso de patriotismo a fim de que, sejam eleitos representantes e governantes patriotas e nacionalistas, que não vendam as riquezas e áreas estratégicas nacionais para atender interesses de grandes corporações internacionais ou de governos de outros países.

Mas, para que o Brasil recupere a sua noção de soberania plena, é fundamental a união do povo civil com o povo militar, e que ocorra uma grande reforma nos quadros políticos do país.

VAMOS VALORIZAR AS FORÇAS ARMADAS, AUMENTANDO OS INVESTIMENTOS E REESTRUTURANDO OS PLANOS DE CARREIRA BEM COMO AMPLIANDO O EFETIVO E A REMUNERAÇÃO DOS MILITARES.

Além disso, são necessárias grandes ações e políticas públicas nos campos da economia, educação, infraestrutura, transportes, segurança pública, saúde, ciência, tecnologia, dentre outras áreas de suma importância para uma boa gestão da república brasileira.

Iremos trabalhar para que se torne realidade o exposto no artigo 6º da Constituição Federal, o qual afirma. “São direitos sociais a educação, a saúde,

a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Sendo assim, nosso Plano de Governo consiste em abordagem de políticas em cinco grandes áreas: Educação, Saúde, Economia, Infraestrutura de Transportes e Segurança Pública.

3. Educação

As sociedades mais desenvolvidas do mundo somente chegaram ao alto nível de progresso e desenvolvimento porque investiram maciçamente em educação.

Educação de qualidade é direito e dever, e cada um deve exercer sua função, sem abrir mão que lhe cabe na conquista da qualidade. Os pais são agentes indispensáveis nessa parceria com os profissionais da educação e as autoridades constituídas para esse fim.

INVESTIREMOS 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO.

Para se ter uma ideia do quadro atual da educação brasileira, a evasão escolar da 1ª Série do Ensino Médio, estava com índice de 11,2% no ano de 2017. Ainda em se tratando do Ensino Médio, a evasão escolar nas 2ª e 3ª séries, se encontra na faixa de 12,7% e 6,8% respectivamente.

Em relação à educação básica no que concerne a rede pública de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, conforme o Censo Escolar de 2017, elaborado pelo Ministério da Educação, o país possui 144.726 escolas e alguns indicadores importantes podem ser observados, pois refletem a inépcia da gestão de recursos destinados à educação por parte de estados e municípios e reflete também a ineficiência do governo atual em acompanhar a aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios.

Das 144.726 escolas públicas do país, apenas 36% (52.101 escolas) possuem Bibliotecas. Somente 40% (57.890 escolas) possuem laboratórios de informática e somente 8% (11.578 escolas) possuem laboratório de ciências. O índice de salas para leitura ainda é insuficiente, do total de escolas públicas do país, somente 20% (28.945 escolas) possuem salas para leituras e 22% (31.839 escolas) possuem salas para atendimento especial.

Dessa forma, iremos aumentar o repasse de recursos aos estados e municípios para que esses índices sejam ampliados.

No tocante à acessibilidade para alunos portadores de deficiência, o índice é de 27% (39.076 escolas) apenas de instituições com acessibilidade aos alunos com necessidades especiais. O índice de escolas com banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência é de 37% (53.548 escolas), sendo um índice muito baixo. Vamos trabalhar para que, no segundo ano de governo, esse índice chegue a 50% das escolas, tendo como meta a marca de 100% das escolas brasileiras possuindo banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência até 2022.

Acentuando o quadro crítico da educação básica, o índice de repetência apurado no período 2014-2015 foi de 15,3% entre os alunos da 1ª Série do ensino médio. Acrescenta-se a isso, o índice de reprovação de 14,4% entre os alunos da 6ª Série do ensino fundamental apurado no mesmo período.

Também é alta a quantidade de professores afastados das funções devido transtornos mentais gerados por condições de trabalho ruins. Os transtornos predominantes são: Estresse, Síndrome de Burnout e Mal-estar docente.

Outro ponto importante, diz respeito à situação das universidades públicas no Brasil. Segundo dados de um estudo interno do Ministério da Educação, os gastos das universidades federais aumentaram 40% entre os anos de 2009 e 2016 e o número de estudantes cresceu 44% no mesmo período. São 63 universidades federais e 361 campi.

Apesar da quantidade de alunos ter aumentado, a quantidade de recursos públicos destinados a essas universidades vem diminuindo. No período do segundo semestre de 2017, o corte de verbas foi de 7%.

IREMOS VALORIZAR AS UNIVERSIDADES FEDERAIS QUE JÁ POSSUIMOS E CRIAR NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E CONSTRUIR MAIS CAMPI.

Outro problema em relação ao ensino superior diz respeito aos gastos das universidades públicas que em sua maioria são destinados à folha de pagamento, o que torna inviável a realização de investimentos em infraestrutura e materiais. É nítido que o sistema de educação superior pública do Brasil está saturado.

Portanto, vamos implementar políticas para a educação a fim de reduzir a evasão escolar, diminuir a incidência da reprovação, melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho dos professores, aumentar o acesso à educação pública e implementar a educação básica em tempo integral nas escolas de todo o país.

Políticas públicas para a área da educação serão elaboradas em conjunto com políticas na área da economia, saúde, emprego e renda e assistência social. Tudo a partir de uma ação conjunta de políticos e técnicos, além disso, por meio da realização de audiências públicas nas diversas regiões e municípios do país a fim de adequar políticas às realidades da população.

Vamos elevar o piso salarial dos trabalhadores em educação, dos atuais R\$ 2.455,35 para um patamar capaz de assegurar condição de vida mais digna aos educadores em tão nobre ofício. Valorizar a ciência, tecnologia e inovação bem como criar mais Institutos Federais de ensino técnico em localidades estratégicas no tocante à formação e capacitação da população mais carente para o mercado de trabalho, além de valorizarmos os Institutos Federais já existentes. Melhorar as técnicas de gestão de pessoas aplicadas aos professores, assegurar aos alunos condições mais favoráveis ao aprendizado e em especial, aos alunos portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas ações se darão por meio de programas de parcerias com os governos estaduais e municipais voltados exclusivamente para a melhoria das estruturas físicas das escolas, aumento do número de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de informática e de ciências; para compra de melhores materiais didáticos e para ampliação da disponibilidade do transporte público escolar aos estudantes que vivem em áreas rurais.

Além disso, elaborar estudos, audiências públicas nos municípios e pesquisas nos domicílios a fim de obter informações acerca da renda das famílias dos estudantes, do acesso à saúde, das condições psicológicas e sociais dessas famílias com o fito de serem verificados os impactos que as condições de vida dos estudantes possuem no aprendizado.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, A PRIORIDADE QUE REFLETIRÁ NA SAÚDE, SEGURANÇA, ECONOMIA, NA VIDA COMO UM TODO!

Sendo assim, vamos erradicar o analfabetismo; extinguir o problema da evasão escolar nas variadas faixas etárias; elaborar planos de carreiras mais abrangentes e eficientes para os profissionais da educação; aumentar a

despesa pública voltada para o aspecto educacional, além de implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e que, qualifiquem a população de maneira mais intensa para atender as demandas do mercado de trabalho.

4. Saúde

No Brasil, é ineficiente o trabalho realizado por meio de políticas de prevenção às enfermidades, sendo a prática da gestão da saúde pública, voltada em sua maioria para o atendimento das enfermidades após a sua manifestação.

Sendo assim, iremos melhorar a gestão de prevenção às enfermidades com o objetivo de reduzir a pressão sobre os prontos-socorros e hospitais.

Existem hoje em nosso país, aproximadamente 5.530 hospitais. Desse total, aproximadamente 1/3 é constituído por hospitais da rede privada, enquanto que, 2/3 são formados por hospitais da rede pública de saúde.

Os totais de leitos de internação do Sistema Único de Saúde estão distribuídos da seguinte forma entre as regiões brasileiras: A Região Centro Oeste possui 23.714 leitos de internação; a Região Nordeste 95.030 leitos; a Região Norte 22.998 leitos e as Regiões Sudeste e Sul possuem respectivamente, 119.680 e 52.076 leitos, totalizando no país 313.498 leitos de internação.

No que diz respeito à quantidade de leitos de UTI do Sistema Único de Saúde, a quantidade total é de 19.131 leitos. Já, no tocante à quantidade de leitos complementares, o total é de 23.443 leitos, sendo insuficiente para a prestação de serviços públicos de saúde de qualidade.

Além disso, os profissionais da saúde pública carecem de melhores condições de trabalho e melhores equipamentos e materiais. Somente para exemplificar, apenas 3% dos hospitais públicos brasileiros possuem condições adequadas para receber pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC). Dos hospitais particulares, 76% não possuem condições de receberem pacientes com esse quadro clínico, que, diga-se de passagem, é muito grave.

São inúmeras as críticas ao sistema de saúde pública brasileiro. Os hospitais em sua maioria são marcados pela hiperlotação, os profissionais são

geralmente, mal remunerados e além do que, falta uma boa gestão e os recursos financeiros são mal aplicados.

Contudo, por mais que a situação da saúde pública brasileira seja precária, é possível que o quadro crítico seja revertido em um quadro satisfatório. A começar pela boa aplicação dos recursos na área da saúde através de uma gestão altamente profissionalizada e eficiente.

Acrescente-se a isso, uma boa articulação federativa por parte dos Poderes Executivo e Legislativo da União com os seus pares das esferas Estadual e Municipal, a fim de que, convênios mais efetivos sejam firmados entre União, Estados e Municípios com o objetivo de aumentar a disponibilidade de leitos à população.

Sendo assim, iremos articular as Diretrizes Nacionais de Gestão da Saúde Pública ao Sistema Único de Saúde – SUS, que irão padronizar as práticas de gestão administrativa da saúde pública federal, estadual e municipal a fim de melhorar as condições de trabalho e a remuneração dos profissionais da saúde, e, sobretudo, oferecer um atendimento de alta qualidade aos cidadãos.

Metas

- . Defender os princípios e diretrizes do SUS;
- . Adotar políticas, programas e ações de promoção, prevenção e atenção à saúde;
- . Dar transparência às informações de caráter público do SUS;
- . Interiorizar a medicina e o trabalho médico;
- . Criar uma carreira de Estado para os médicos que atuam na rede pública;
- . Implantar os planos de cargos e carreiras para os médicos da rede pública;
- . Instituir programas de educação continuada gratuitos para médicos e de outros profissionais de saúde do SUS;
- . Fortalecer o financiamento, gestão e controle do SUS;
- . Aumentar a participação da União nas despesas sanitárias totais;

- . Melhorar a infraestrutura, as condições de trabalho e o atendimento;
- . Recuperar a rede de urgências e emergências;
- . Aumentar a quantidade dos leitos de internação e de unidades de terapia intensiva;
- . Atualizar a tabela do SUS;
- . Dar fim ao desequilíbrio na relação com as operadoras de planos de saúde;
- . Dar fim aos subsídios públicos destinados aos planos e seguros privados de saúde;
- . Cumprir a Lei da Contratação (Lei nº 13.003/2014);
- . Respeitar a Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013).

5. Segurança Pública

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 144 "... A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”:

- I- Polícia federal;
- II- Polícia Rodoviária Federal;
- III- Polícia Ferroviária Federal;
- IV- Polícia Civil
- V- Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar

O atual cenário da segurança pública no Brasil é crítico. Somos um dos países com o maior índice de violência urbana no mundo.

VAMOS ATUAR COM PREVENÇÃO

Alguns indicadores devem ser observados, como será exposto a seguir.
Mortes Violentas por 100.000 habitantes

Mortes Violentas por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Homicídio Doloso	26,2
Letalidade Policial	2,0
Latrocínio	1,3

Lesão Corporal Seguida de Morte	0,4
Vitimização Policial	0,8

Mortes Acidentais por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Homicídio Culposo de Trânsito	6,5
Mortes a Esclarecer	4,5
Mortes Acidentais do Trânsito	2,8
Outras Mortes Acidentais	1,6
Outros Homicídios Culposos	0,4
Outros Crimes Resultantes em Mortes	0,1

Variáveis Influenciadoras no Quadro da Violência por 100.000 habitantes

Fatores	Índice
Entorpecentes – Tráfico	72,2
Entorpecentes – Posse e Uso	62,3
Porte Ilegal de Arma de Fogo	25,3

Adiante, algumas informações referentes ao efetivo de profissionais de segurança pública no país e informações acerca do sistema carcerário brasileiro.

Trabalhadores locais da Segurança Pública

Esfera de Governo	Índice
Estaduais (Polícia Militar)	420.240
Estaduais (Polícia Civil)	117.642
Municipais (Guardas Municipais)	99.350

Existem no Brasil 1.422 penitenciárias, sendo 437 unidades no Sistema Penitenciário Federal. Sob a responsabilidade das secretarias estaduais de segurança Pública, as carceragens de delegacias são 36.765 unidades e a taxa de ocupação é de 197,4% o que reflete um quadro de hiperlotação nas unidades carcerárias do país.

É importante ressaltar que o índice de reincidência dos infratores no país é de 70%, o que coloca em xeque a capacidade e a metodologia de ressocialização dos internos.

Os internos muitas vezes entram no sistema carcerário cometendo um tipo de infração e pela convivência com outros presos, tornam-se conhecedores de práticas mais delituosas do que as cometidas outrora. A solução para esse problema será a reformulação dos critérios de distribuição dos presos dentro dos presídios e das carceragens de delegacias.

Além de reestruturar o sistema penitenciário, iremos focar no combate ao tráfico de entorpecentes, pelo fato que, drogas e armamentos são a base de sustentação do crime organizado no Brasil e a dependência química é o pano de fundo na motivação de infratores a cometerem delitos.

Com isso, iremos combater o tráfico de drogas e de armas nos locais onde esses itens entram no território brasileiro, sendo os principais locais, as áreas de fronteira. O Brasil possui mais de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de dimensão, possui também 16.886 quilômetros de fronteira terrestre e mais 7.367 quilômetros de fronteira marítima, sendo um dos maiores países do mundo.

PREVENÇÃO É A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Atualmente, são apenas 11.593 militares das forças armadas patrulhando as áreas fronteiriças e atuando no combate ao tráfico de armas e drogas de um total de 327.000 militares em atividade. Números que indicam o pouco efetivo de militares para o patrulhamento de uma área tão vasta de fronteira.

Para solucionar o problema do alto índice de violência urbana no Brasil, principalmente no que diz respeito à entrada de armas e drogas que geram como consequência o aumento do número de homicídios no país, iremos atuar com prevenção a partir da ampliação da quantidade de militares em fronteiras, aplicando 10% do PIB nas Forças Armadas, aumentando o efetivo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Ferroviária Federal – que será efetivada, bem como a quantidade de Oficiais e Agentes Técnicos de Inteligência.

Iremos também criar os Centros de Operações Integradas em Áreas de Fronteira com a participação do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Agência Brasileira de Inteligência.

Melhores condições de trabalho também serão proporcionadas aos policiais federais, policiais ferroviários federais, policiais rodoviários federais, e

articularemos com os governos estaduais e municipais para que policiais civis e militares bem como os profissionais dos corpos de bombeiros militares e agentes penitenciários dos estados da federação e guardas municipais também tenham melhores condições para o exercício de suas funções, por meio da obrigação legal da criação de um piso salarial para as polícias, obrigando aos estados remunerar de forma digna os profissionais que zelam pela segurança pública. Por meio de lei, também será estabelecido um percentual mínimo de investimento dos estados e municípios brasileiros em segurança pública e ampliar a quantidade de recursos repassados aos estados pela União.

Políticas públicas permanentes e obrigatórias, conjuntas, entre o Ministério da Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Cidadania em convênio com os estados e municípios brasileiros, serão realizadas a fim de promover o patriotismo, o nacionalismo, o civismo e a conscientização da sociedade, a começar pelos estudantes, a **respeito dos valores sociais e da importância do respeito às leis e do seu cumprimento.**

6. Infraestrutura de Transportes

Outro ponto estratégico referente à gestão pública no Brasil, diz respeito à infraestrutura de transportes. É importante frisar que em 1.700.000 quilômetros de rodovias escoam 58% do volume nacional de cargas.

De todas as rodovias, 1.359.045,3 quilômetros não são pavimentados. O total de quilômetros de rodovias pavimentadas é de apenas 203.943,3 km, o que representa apenas 12,0% do total. Devido a isto, o custo operacional aos empreendedores que utilizam as rodovias para escoarem suas produções é de 25% maior do que o planejado, devido às péssimas condições das estradas.

VAMOS PAVIMENTAR 100% DAS RODOVIAS FEDERAIS E TRABALHAR PARA PAVIMENTAR AS ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM ARTICULAÇÃO COM OS GOVERNOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

Caminhões com soja e milho chegam a cruzar trechos de 500 a 1.000 quilômetros para chegarem a dois dos portos principais do país: os portos de Santos e Paranaguá, localizados nos Estados de São Paulo e Paraná, respectivamente. O ideal seria não cruzar mais do que 400 quilômetros para o escoamento dos itens supracitados.

Para visualizar um cenário futuro de melhorias, iremos aumentar a quantidade de recursos investidos em logística de transporte, pois, o país investe apenas 0,6% do Produto Interno Bruto nessa área. O Ministério dos Transportes possui duas políticas voltadas para mitigar esses problemas citados, elas são: o Plano Hidroviário Estratégico e o Plano de Logística Estratégica.

NÓS VAMOS AMPLIAR AS HIDROVIAS E FERROVIAS QUE SERÃO CRUCIAIS PARA DESAFOGAR A MALHA RODOVIÁRIA E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS.

O Brasil possui hoje aproximadamente 31.000 quilômetros de vias férreas, muito pequena se comparada à extensão territorial do país e das necessidades de transportes. Algumas ferrovias importantes ainda não estão concluídas e as obras se arrastam há anos, elas são: Ferrovia Nova Transnordestina que ligará o Porto de Suape em Pernambuco ao Porto do Pecém no Ceará; Ferrovia do Pantanal e Ferrovia Norte-Sul, que, ligará o Estado do Pará ao Estado de São Paulo. Essas ferrovias possuem 1.728; 4.155 e 734 quilômetros de extensão planejados, respectivamente.

No tocante às hidrovias, as principais são as seguintes: Hidrovia Tietê-Paraná, que possui 1.250 km de trechos navegáveis, sendo importante para o transporte de grãos e outros itens produzidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo; a Hidrovia da Madeira, situada no Rio Madeira na região Amazônica; a Hidrovia Taquari-Guaíba, principal hidrovia em cargas transportadas; Hidrovia São Francisco, que possui 1.371 quilômetros de trechos navegáveis e a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que possui 3.000 km de trechos aptos para a navegação.

Dessa forma, as políticas citadas anteriormente serão reformuladas nos pontos que se fizerem necessários e serão implementadas novas ferrovias no país, tendo como meta, a marca de 150.000 quilômetros de vias férreas no território nacional. Também será ampliada a quantidade de trechos navegáveis nas hidrovias já existentes e novas hidrovias serão criadas.

Vamos aumentar o número de rodovias federais que atualmente são 167 e facilitar a integração das regiões brasileiras por meio de políticas públicas e convênios entre os governos federal e estaduais para facilitar o escoamento da produção brasileira e promover o desenvolvimento regional, sobretudo, das regiões mais pobres do país. Além disso, iremos integrar as rodovias existentes

às hidrovias e ferrovias, investindo na melhoria dos seus trechos não somente para o transporte de cargas, mas também de passageiros, o que trará melhorias aos setores agropecuário, de commodities e do turismo, gerando emprego e renda bem como o surgimento de novos empreendimentos, acentuando o potencial econômico do país.

Iremos elevar o nível de qualidade e da segurança nas estradas, para isso, faremos a integração das políticas públicas de infraestrutura de transportes com as políticas de segurança pública estaduais, municipais e federais. Isso possibilitará maior confiabilidade na infraestrutura do país e atrairá mais investimentos.

7. Economia

No que diz respeito à economia, figuramos entre as maiores economias do planeta. No entanto, nos últimos anos, a economia brasileira cresceu pouco ou sofreu retração. Os piores indicadores ocorreram em 2015 e 2016, com retração de 3,5% e 3,6%, respectivamente.

Mas, os sinais de encolhimento já vinham sendo expostos desde ~~o ano de~~ 2011, se acentuando em 2014, com crescimento de apenas 0,1 %. A seguir, outros dados são importantes de serem observados no tocante à economia brasileira.

Nossa de trabalho corresponde a 104,2 milhões de trabalhadores (População Economicamente Ativa). Desses, 91 milhões estão empregados, enquanto que, 13,2 milhões de trabalhadores estão fora do mercado de trabalho, ou seja, estão desempregados.

O rendimento médio do trabalhador brasileiro, segundo o IBGE, é de R\$ 2.160,00 e o salário mínimo é de R\$ 954,00 atualmente.

O país possui uma carga tributária de 32,38% do Produto Interno Bruto, com inflação de 2,95% do PIB (2017). A taxa básica de juros (SELIC) está em 6,5% ao ano (2017) e a taxa de investimentos é de 15,6% do Produto Interno Bruto.

A Dívida Externa se encontra em 315,267 bilhões de dólares, a Dívida Pública Monetária Federal se encontrava em 3,311 trilhões de reais no início de 2018, com a previsão, segundo o Tesouro Nacional, de encerramento do ano com essa dívida em torno de quatro trilhões de reais. Quanto a arrecadação

federal tributária se encontrou na faixa de 1,3 trilhão de reais em 2017. Esses foram os resultados de alguns indicadores da economia brasileira.

Como se pode observar, o Brasil possui uma elevada taxa de juros; elevada dívida externa e principalmente, uma dívida interna em níveis alarmantes. Vamos fazer uma reformulação das diretrizes macroeconômicas aplicadas no cenário nacional a fim de melhorar os resultados dos indicadores.

GOVERNAR É BAIXAR JUROS E IMPOSTOS.

Vamos reduzir a taxa de juros a fim de possibilitar ao país atrair investimentos estrangeiros e competir com mais vigor no mercado internacional. Além disso, iremos fortalecer a produção brasileira, facilitar o trâmite para patentes de produtos nacionais e promover o desenvolvimento do pequeno, médio e grande empreendedor do país, eliminando as disfunções burocráticas que atrasam o desenvolvimento e desmotivam aqueles que desejam empreender.

Outra questão imprescindível ao desenvolvimento se refere à redução da carga tributária, além disso, é preciso concomitantemente reduzir a despesa pública e promover uma melhor alocação dos recursos do erário. Não adianta reduzir impostos, se o setor público não diminuir os gastos e não eliminar privilégios. Iremos efetuar um equilíbrio de forças a fim de promover investimentos no setor público cruciais e ao mesmo tempo eliminar gastos excessivos e desnecessários.

Empresas estatais estratégicas jamais serão privatizadas em nosso governo. Será efetuada a modernização dessas empresas, bem como a melhoria das ferramentas de gestão e o investimento na capacitação dos colaboradores a fim de fortalece-las a enfrentar a competitividade do mercado. Esse será o caminho a ser seguido em vez de entregá-las ao setor privado ou às grandes corporações internacionais. Iremos fortalecer a soberania brasileira em todos os setores, pois o país perdeu muito de sua autonomia para tomar decisões devido aos grandes interesses estrangeiros que permearam as decisões políticas.

Vamos fortalecer a competitividade das commodities brasileiras no mercado internacional porquanto isso é de elevada importância. Hoje, o minério de ferro, o ferro fundido, o aço e óleos brutos de petróleo são os principais itens que o país vende ao exterior. Dessa forma, vamos trabalhar para melhorar a qualidade desses produtos e promover o desenvolvimento

científico e tecnológico do país, através de políticas de fomento voltadas à implementação de negócios para o processamento desses itens, a fim de proporcionar a melhor alocação dessa produção não somente em âmbito externo, mas principalmente no desenvolvimento nacional.

O Brasil irá deixar de ser um exportador de matérias primas e importador de produto industrializado, para se tornar um exímio utilizador de matérias primas que podem ser aplicadas nas áreas de ciência e tecnologia e, produção de bens finais para o consumo interno, em vez de ocuparmos posição de coadjuvante em aspectos de modernização e desenvolvimento como exportadores de bens primários, pois, IREMOS FIGURAR ENTRE OS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO PLANETA.

Conclusão

Para concluir este Plano de Governo, queremos afirmar que, não existe ação efetiva sem a devida elaboração de políticas públicas eficientes e bem monitoradas. Diga-se de passagem, no tocante a esses fatores, a administração pública é muito deficiente.

Uma política pública bem elaborada se dá por um ciclo de passos e etapas bem definidos. O passo inicial diz respeito à identificação e ao reconhecimento de um problema como público, a seguir, é necessário que tal ou tais problemas identificados venham a fazer parte da agenda de governo. Na agenda de governo, são elencados os principais problemas a serem resolvidos ou mitigados pela administração pública e pelos agentes políticos.

Depois que se identifica um ou vários problemas e se estabelece a agenda de governo, é preciso formular alternativas para o tratamento desses problemas. Posteriormente à formulação de alternativas, tomam-se decisões dentre essas alternativas que subsidiarão e fundamentarão a implementação de uma política pública.

Uma vez constituída a política pública, segue-se a fase da Avaliação. Nessa etapa, por meio de indicadores, a política pública será analisada a fim de se verificar os pontos de êxito e as falhas existentes com o objetivo de melhorar a política, reestruturá-la, estabelecer a sua continuidade ou extingui-la.

Por fim, a recuperação da soberania de um país passa pela formação psicológica e social dos seus cidadãos. Também recai na acentuação da promoção dos valores da família e, sobretudo, dos valores cristãos.

Uma sociedade bem constituída socialmente, psicologicamente e espiritualmente encontra os caminhos do progresso; da justiça social; da distribuição justa da renda; da efetiva ação de segurança pública; do desenvolvimento econômico e sustentável e também valoriza os pilares da educação.

O presente trabalho é finalizado com a seguinte colocação de um grande governante da antiguidade.

“BEM-AVENTURADA É A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR”.

Salmos 33:12